COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PERIODICIDADE MENSAL PREÇO AVULSO: 25$00 ANO V Nº 47 DEZEMBRO 1989

Movimento Nacionalista toma posição

Nos últimos meses o Movimento Nacionalista timorense viveu momentos de grande tensão. A crescente importância que os jovens e, em particular, estudantes têm vindo a assumir no combate ao colonialismo indonésio - de que a carta que escreveram a Perez de Cuellar e que aqui noticiamos é apenas um exemplo - é bem a expressão da nova dinâmica que corre nas veias da luta de libertação nacional daquele povo e a que as organizações nacionalistas no exterior não são imunes.

ESTUDANTES DIRIGEM-SE A PEREZ DE CUELLAR

Com data de 7 de Setembro de 1989 e assinada por 100 estudantes timorenses - que assim se arriscam a dar a cara à repressão - chegou agora ao conhecimento público a carta por eles dirigida ao Secretário Geral da ONU, enquanto **«postura política e moção veemente dos Estudantes de Timor-Leste na Indonésia»**.

Nessa carta, os estudantes pedem a Perez de Cuellar:

- a **«retirada imediata e incondicional de todas as forças indonésias, de todo o aparelho burocrático e todos os emigrantes que têm vindo a servir de aparelhos de coerção do Governo de Jacarta na ocupação ilegal da nossa Pátria, na apropriação dos nossos bens, na exploração do nosso subsolo e na exterminação do nosso Povo»**;
- a **«realização imediata de um referendum como forma mais viável para uma solução pacífica do caso de Timor-Leste»**;
- a **«participação dos legítimos representantes do Povo de Timor-Leste, nomeadamente a Convergência Nacionalista (UDT-FRETILIN), em todos os** fora **internacionais onde se delineiam soluções para o caso de Timor-Leste»**;
- o **«reconhecimento da posição firmada pelo Bispo de Dili, D.Carlos Filipe Ximenes Belo, na sua carta endereçada ao Secretário Geral da ONU em 6 de Fevereiro de 1989, como expressão político-religiosa oficial do povo de Timor-Leste»**;

Os estudantes manifestam também a sua **«simpatia à solidariedade demonstrada pelas Organizações Internacionais (governamentais e não-governamentais) em defesa dos superiores interesses do nosso Povo, pelo que se solicita ao Sr.Secretário Geral da ONU para apoiar e estimular todas as iniciativas válidas em prol da oocausa do povo Maubere»**.

A carta dos 100 estudantes de Timor-Leste na Indonésia termina recriminando **«quaisquer formas de conluio do Trio ONU-Portugal-Indonésia na exterminação do Povo de Timor-Leste»** e com a **«afirmação inequívoca de que a realização dos superiores interesses do Povo de Timor-Leste passa necessariamente pela Autodeterminação e Independência Total»**

Neste número:
- **Movimento Nacionalista toma posição;**
- **Taxista faz greve da fome;**
- **A triste história de um soldadinho;**
- **Parlamento Europeu aprova resolução;**
- **Dia Internacional de Solidariedade.**

RAMOS HORTA SAI DA FRETILIN

Os meios nacionalistas timorenses foram, entretanto, abalados, em Setembro, pelo anúncio da saída de José Ramos-Horta da FRETILIN.

Elemento fundador da ASDT (Associação Social-Democrata Timorense) em Maio de 1974 - que mais tarde se transformaria em FRETILIN - desempenhava, em Outubro de 1975, o cargo de secretário para as Relações Externas do Comité Central da FRETILIN. A invasão indonésia encontrou-o fora do país em campanha a favor da recém proclamada República Democrática de Timor-Leste. A partir dessa altura, e até ao Verão de 1988, passou a assumir as funções de representante da FRETILIN junto das Nações Unidas.

Ao longo de todos estes anos foi, por vezes, visível a existência de divergências no interior da Delegação da FRETILIN em Serviço no Exterior (DFSE) mas que tinham conseguido ser ultrapassadas em nome de um objectivo nacional.

Agora, porém, Ramos Horta decidiu romper com esta situação. Conforme disse na entrevista que concedeu em Tóquio em 10 de Novembro passado à agência **Lusa**, a decisão de abandonar a FRETILIN **«devia ter sido tomada há dez anos, mas quis mudar por dentro o movimento e só agora percebo que foi impossível. Esta ruptura com a Direcção exterior é a única solução para clarificar definitivamente a situação»**.

Segundo afirmou nessa entrevista, a sua saída deveu-se a **«profundas divergências com a Direcção no exterior»** à qual

critica o envelhecimento, a burocratização e o desprestígio da organização. **«Precisamos de sangue novo na Direcção exterior da FRETILIN com novas energias e novas ideias ou de outro modo será a debandada geral e o fim do movimento. Há necessidade de aproveitar os militantes mais jovens (...) que podem ser os grandes impulsionadores de uma nova imagem exterior da FRETILIN».**

Considerando apenas leal **«a resistência no interior de Timor-Leste porque são eles os verdadeiros militantes»**, Ramos-Horta disse que ia colocar a sua decisão nas mãos de Xanana Gusmão, garantindo, no entanto, que não se bate pelo poder estando apenas **«interessado em que a FRETILIN se reorganize, se democratize e rejuvenesça».**

A terminar a entrevista, lembrou que **«a Indonésia vai mudar. Tem de mudar. A conjuntura internacional aponta para o fim das ditaduras. O regime de Jacarta não poderá manter-se eternamente e nós temos de continuar a actuar ao nível das instâncias internacionais para defender a nossa causa».**

Confrontado com esta posição, Abílio Araújo, chefe da DFSE, declarou ao semanário **Expresso** que elas não tinham qualquer fundamento, pois a sua organização sempre se pautara por uma prática política democrática, sendo os órgãos dirigentes da mesma eleitos em Congressos realizados, de cinco em cinco anos, nas zonas libertadas de Timor-Leste. Por sua vez Roque Rodrigues, igualmente membro da DFSE e embaixador do movimento em Luanda, declarou, em entrevista à rádio TSF, lamentar a saída de Ramos Horta da Fretilin, numa altura em que a luta exigia a união de todos os timorenses pela causa nacional comum.

CONVERGÊNCIA NACIONALISTA REUNIU EM LISBOA

Entre os dias 7 e 10 de Novembro reuniram-se em Lisboa delegações da Fretilin e da UDT, no âmbito da Convergência Nacionalista, **«a fim de analisar os desenvolvimentos recentes relacionados com a luta do Povo de Timor-Leste pela autodeterminação e independência».**

No comunicado final divulgado à imprensa, aquelas organizações afirmam que **«a determinação do Povo de Timor-Leste em prosseguir o seu combate é bem patente no desprezo até hoje votado pelo comando das Falintil às chamadas** "soluções realistas" **preconizadas por vários sectores de opinião e que apresentam um denominador comum - a** "irreversibilidade" **da ocupação indonésia de Timor-Leste».** E acrescentam: **«O Plano de Paz da Chefia da Resistência subscrito pelo Comandante das Falintil Xanana Gusmão, em 5 de Outubro deste ano, constitui não só uma resposta a todos aqueles sectores como também uma peça-chave fundamental para a abordagem, compreensão e desbloqueamento da** "Questão de Timor-Leste" **porquanto constitui um conjunto de propostas sérias e maduramente reflectidas cuja implementação permitirá pôr termo à guerra que vem devastando o Povo e a Pátria Timor-Leste».**

Sobre o papel da potência administrante, **«a Fretilin e a UDT reafirmam o papel indeclinável de Portugal em assumir plenamente as suas responsabilidades para com o Povo de Timor-Leste e que não podem ser alijadas sob pretexto nenhum. Para tanto, compete ao Estado Português, antes de mais, a obrigação de delinear um Plano Global de Acção assente numa estratégia diplomática persuasora, activa e dinâmica e que vise a reposição da legalidade internacional em Timor-Leste».**

E as organizações que compõem a Convergência Nacionalista concluem: **«Caso contrário, a manter-se esta situação presente (...) assistiremos, a breve trecho, a discursos autojustificativos de impotência para encobrir uma política de negligência e abandono deliberado do Povo de Timor-Leste».**

O comunicado termina reclamando **«do Estado Português o apoio financeiro e logístico indispensável para o desenvolvimento das suas actividades».**

Um aspecto que surpreendeu os observadores foi a total ausência de qualquer referência a D.Ximenes Belo e ao seu apelo ao Secretário-Geral da ONU para a realização de um referendum em Timor-Leste, sabido como é que o Administrador Apostólico de Dili se tem queixado da falta de apoios externos e das pressões enormes que Jacarta e o Vaticano têm, desde então, exercido sobre ele, o que viria ao encontro das posições recentemente assumidas por Xanana Gusmão no seu documento de 5 de Outubro, onde afirma que **«D.Ximenes Belo libertou-se, enfim, da escravização indonésia e readquiriu a sua própria liberdade»** e **«apoiamos totalmente a proposta do nosso Bispo».** □

Motorista de taxi londrino faz greve da fome e leva "Labour" Britânico a reagir

Paul Barbara é um taxista londrino que ao ler um dia, num jornal britânico, uma notícia sobre as violações dos direitos humanos em Timor-Leste e do porque elas ocorriam, decidiu assumir como sua a causa do povo maubere.

Hoje, Paul Barbara tem motivos para estar orgulhoso: depois de várias tentativas conseguiu que alguém no seu país fosse sensível às suas razões.

Foi em 1986 que Paul Barbara pensou, pela primeira vez, em tomar uma iniciativa que, pelo seu carácter inédito, chamasse a atenção dos meios de comunicação social da Grã-Bretanha para o drama que se vive em Timor-Leste, sendo público os apoios, nomeadamente através da venda de sofisticado material de guerra anti-guerrilha, que o governo da Sra.Tatcher dá à ditadura instalada em Jacarta.

A ideia que então teve, e pretendeu concretizar nos inícios de 1987, foi a de construir uma cruz que funcionasse como um barco e lhe permitisse atravessar o Canal da Mancha. Contudo, a pressão dos amigos para o demover daquilo que consideravam um suicídio - dado o mau tempo que então se fazia sentir na região e a fragilidade da "embarcação" - fizeram-no transformar a ideia inicial numa descida do Tamisa, desde Londres até à foz. Mesmo esta não decorreu sem sobressaltos pois a "cruz navegante" afundou-se poucas milhas após o ter sido lançada à água, tendo Paul Barbara sido salvo por uma lancha da polícia marítima inglesa.

Este percalço, porém, e à semelhança do povo de Timor-Leste, não o fez perder o âmbito combativo.

A notícia da visita do Papa àquele território e os receios que tal visita provocavam entre a população timor - pelo aproveitamento que dela faria a diplomacia indonésia para insinuar o reconhecimento da anexação pelo Vaticano - fizeram-no tomar a decisão de iniciar uma greve da fome em sinal de protesto contra a visita, ao mesmo tempo que escrevia uma carta a João Paulo II explicando os motivos da sua atitude. Escreveu, também, para a primeira-ministra Tatcher e para o dirigente do Partido Traba-

lhista, na oposição, Neil Kinnock, apelando a uma tomada de posição a favor da causa maubere.

O tempo, porém, foi passando sem que qualquer dos destinatários respondesse.

Finalmente, no dia 9 de Novembro, Neil Kinnock escreveu a Paul Barbara. Na sua missiva, começa por afirmar: **«Apoiamos o direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste e apelamos para a implementação da Resolução da AG das Nações Unidas 1514 de 1960»**. Segundo Kinnock, esta Resolução define claramente a política da ONU para a descolonização: **«todos os povos têm direito à autodeterminação; por virtude desse direito determinam livremente o seu estatuto político, pelo que a sujeição dos povos ao jugo, domínio e exploração estrangeira constitui a negação do direito fundamental dos direitos humanos, o que é contrário à Carta das Nações Unidas e ao impedimento da promoção da paz e da cooperação mundial»**.

Neil KinnocK relembra a seguir a intervenção da deputada e membro do governo sombra trabalhista Ann Clwyd em Nova Iorque, em Agosto passado, perante a Comissão de Descolonização, onde apresentou as condições para a realização de um referendem em Timor-Leste:

- **«cessação das hostilidades entre a Indonésia as forças da resistência três meses antes da realização do plebiscito»**;

- **«cuidadosa supervisão internacional por uma equipa nomeada pela ONU e incluindo representantes do Governo português»**;

- **«retirada das tropas indonésias»**;

- **«os civis indonésios actualmente no território não devem tomar parte no plebiscito»**;

- **«sufrágio universal»**.

E Kinnock termina: **«Deploramos o abuso dos direitos humanos em Timor-Leste, pelo que continuaremos a apelar para o seu termo e para a libertação de todos os presos políticos»**.

Paul Barbara, ao tomar conhecimento do conteúdo da mensagem no hospital onde se encontra sob observação, comentou: **«Não poderia pedir mais. Finalmente, consegui em 40 dias esta declaração de intenções do Partido Trabalhista, pelo qual luto há três anos»**.

Apesar de constituir uma brecha na política externa britânica, há que ter em conta que os partidos trabalhistas anglófilos, quando estão na oposição, são "sensíveis" a questões a que depois, quando estão no poder, são completamente "insensíveis". O caso da Austrália é, deste ponto de vista, exemplar. Aliás, o "Labour" britânico, que em 1975 estava no poder, deu o seu aval - ou o seu silêncio - à invasão indonésia de Timor-Leste. □

HISTORIA DE UM INFELIZ SOLDADINHO QUE ERA NERVOSO...

O semanário indonésio Tempo **publicou na sua edição de 2 Setembro uma notícia curiosa, e muito pouco usual na imprensa daquele país, que demonstra um ânimo bem diferente daquele que Jacarta procura transmitir dos estados de alma da sua tropa deslocada em Timor-Leste.**

Foi a partir da transcrição que dela faz o Indonesia News Service **que elaborámos esta pequena história exemplar.**

A noite, nas colinas de Lacur, junto a Lospalos, estava calma. Tirando os que estavam de sentinela ao acampamento, os soldados dormiam nas suas tendas.

A atmosfera era tensa porque a área, já fora dos limites de Dili, não é totalmente segura devido às acções da Fretilin.

De repente, qualquer coisa bateu na cabeça do cabo Sujana que tinha, precisamente, acabado de fazer a ronda com o sargento Beny Rubiyandi.

Muito nervoso, Sujana levantou-se rapidamente empunhando a sua M-16.

Viu uma figura indistinta movendo-se no meio do acampamento.

Sujana engatilhou a arma e disparou.

Dois tiros soaram e a figura tombou, apenas três metros mais à frente.

Os tiros surpreenderam as outras sentinelas, o sargento Wahyuddin e o soldado raso Rendiyanto.

Ainda mais surpreendidos ficaram quando viram o sargento Beny estendido no chão.

"Cabo Sujana, matou o sargento Beny" gritou o sargento Wahyuddin.

Sujana, do Batalhão 312 de Java Ocidental, pôs-se a tremer e quase desfaleceu ao ver o que tinha feito.

Beny foi levado para o hospital Wira Husada em Dili mas, devido à perda de sangue, morreu no día seguinte.

Este infeliz incidente, que ocorreu na noite de 24 de Dezembro de 1987, foi recentemente levado ao tribunal militar em Bandung.

Sujana testemunhou que não tinha morto deliberadamente o seu superior: **"Não tinha qualquer ressentimento contra o sargento Beny"**, disse ao tribunal.

O juiz censurou-o, dizendo que, se suspeitava que Beny era um inimigo, deveria ter-lhe gritado a senha **"kala"**. Se a resposta fosse **"hitam"**, isso queria dizer que era um amigo.

Sujana admitiu que não tinha usado a palavra de código. **"Fico muitas vezes nervoso e a tremer quando enfrento o inimigo"**, disse. O sargento Wahyuddin confirmou-o.

Sujana, que tinha sido condenado a 5 meses de prisão, em primeira instância, viu a sua pena agravada para 14 meses.

Incorporado em 1978 e agraciado com uma medalha por coragem demonstrada em combate, em Timor-Leste, Sujana afirmou que estava demasiado embaraçado para apresentar as suas condolências à família da vítima.**'A minha própria família deve considerar-me um assassino'**, desabafou ao **Tempo.** □

Parlamento Europeu aprova Resolução

Pela segunda vez, num curto intervalo de tempo, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução sobre o problema de Timor-Leste. Sendo tal facto inegavelmente positivo, há, no entanto, que não esquecer de dar cumprimento às anteriormente aprovadas.

Para que as aprovações não se transformem num ritual sem consequências, para as autoridades de Jacarta e para o povo maubere. Aliás, alguns deputados parecem começar a aperceber-se dessa contradição.

A resolução aprovada no dia 23 de Novembro, em Estrasburgo, foi proposta pelo grupo Coligação de Esquerda, tendo como primeiro subscritor o deputado comunista português Barros de Moura.

Nela se condena **«severamente a repressão, quer a que decorreu diante dos olhos do Papa João Paulo II, quer a que se seguiu à sua partida»** e exige a libertação incondicional dos presos, o fim das execuções, o acesso à livre circulação dos jornalistas e o restabelecimento das comunicações com o exterior.

Os deputados europeus denunciam, ainda, a operação de propaganda montada pelas autoridades militares de ocupação, com o intuito de explorarem politicamente a visita papal e voltam a exigir que seja reconhecido o direito à autodeterminação e independência ao povo de Timor-Leste.

Vários eurodeputados portugueses fizeram declarações a propósito da resolução. Barros de Moura considerou que a sua aprovação foi **«um meio de denunciar a ocupação militar, combater o silêncio e a deturpação, exigir a solidariedade e medidas concretas da Comunidade Económica Europeia que apoiem o exercício do direito à autodeterminação e à independência»**. João Cravinho, do Partido Socialista, afirmou que a **«comunidade Europeia não pode querer defender os direitos Humanos em Praga ou Bucareste e esquecê-los em Timor-Leste ou em outras partes do mundo»**. Por sua vez Mendes Bota, do PSD, considerou inaceitável que ao mesmo tempo que o PE aprova resoluções condenando a situação naquele território, a Comissão faz avançar projectos de cooperação com a Indonésia financiados por fundos comunitários. **«É uma situação escandalosa e que não pode deixar de ser aqui denunciada e reprovada»**, disse. □

Dia Internacional de Solidariedade

Completam-se no corrente mês 14 anos sobre a ocupação de Timor-Leste, iniciada em 7 de Dezembro de 1975 pelos comandos e páraquedistas indonésios que tomaram de assalto a cidade de Dili.

Hoje, esse dia é o símbolo da solidariedade internacional para com povo maubere.

A data de 7 de Dezembro tem vindo a ser assinalada em todo o mundo, pelas mais variadas organizações cívicas, humanitárias e políticas, como momento privilegiado de expressão de solidariedade com o povo maubere, de repúdio pelas violações dos direitos humanos praticadas pelas autoridades de Jacarta e de pressão em prol da autodeterminação e independência de Timor-Leste.

As embaixadas e consulados da Indonésia na Austrália e em diversos países da Europa, Ásia e América, têm sido defrontadas nesta data com manifestações de protesto de proporções significativas, e é também nesta altura que instâncias governamentais e parlamentares dos vários continentes se vêm declarando solidárias com a causa maubere.

As comunidades timorenses na diáspora, por seu turno, fazem do 7 de Dezembro uma ocasião para desenvolveram a sua coesão, para fomentarem a cultura de Timor-Leste e para evocarem os mártires da Resistência nacional.

Neste ano de 1989, as comemorações desta data em Portugal irão incluir as seguintes realizações que chegaram ao nosso conhecimento:

- a Fundação Austronésia Borja da Costa inaugurará, pelas 18 horas do dia 7, na Faculdade de Ciências de Lisboa, uma exposição fotográfica com trabalhos da artista canadiana Elaine Brière, feitos aquando da sua permanência em Timor-Leste, em 1974;

- a OJNTL (Organização de Jovens Nacionalistas de Timor-Leste) promove, no dia 8, uma jornada de confraternização em Carnaxide, com-preendendo uma missa na Igreja local, pelas 11 horas, em memória dos que caíram na luta, a que se seguirá, na Sociedade "Fraternidade", uma refeição de convívio e, no período da tarde, uma sessão cultural e de reflexão;

- as organizações portuguesas de solidariedade sediadas em Coimbra e no Porto realizarão nessas cidades, respectivamente nos dias 6 e 7 de Dezembro, sessões públicas que contarão com a presença de dirigentes da Convergência Nacionalista.

Fora de Portugal encontram-se previstas algumas iniciativas de que daremos notícia posterior. Para já, podemos anunciar que as organizações de solidariedade com Timor-Leste a nível internacional, estão a preparar uma declaração conjunta que será entregue aos órgãos de soberania nacionais dos países em que actuam essas organizações, assim como às embaixadas indonésias sediadas nesses países e aos órgãos de comunicação social. □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R. Pinheiro Chagas, 77-2ºE-1000 Lisboa, Tel: 574718
Produção: João Escadinha **Impressão:** Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem:** 1000 ex. **Assinatura anual:** 400$00
Registo DGCS nº 112094 Dep. Leg. nº 25317